

Representações sociais e ideologia

(Social Representations and Ideology)

Pedrinho A. Guareschi

Pontifícia Universidade Católica - RS¹

Resumo

O trabalho enfoca três pontos centrais. Inicia com uma discussão sobre o conceito e a teoria das Representações Sociais e como eles vêm sendo tratados nos últimos anos, trazendo parte da literatura mais importante publicada ultimamente, além de expor a atualidade e utilidade da teoria no tratamento de muitos fenômenos sociais. O segundo ponto discute o conceito de ideologia, procurando mostrar suas diferentes acepções, apresentando um eixo de leitura que se possa compreender as relações e implicações das mesmas. Finalmente, no terceiro ponto, é mostrado como os conceitos de

Abstract

The study focusses on three central points. It starts discussing the concept and theory of social representations and as they have been dealt with in the last years, based upon some of the most important literature published recently and showing the acceptance and present usefulness of the theory when we approach many social phenomena. As the second point the author discusses the concept of ideology, trying to point out its different acceptations and presenting a reading axis so that we may understand the relations and implications of those different acceptations. At last, as the third

¹ Agradecimentos à Laura Pelizzoli, bolsista da PUCRS, também às agências CNPq e FAPERGS.

Representações Sociais e de Ideologia podem se relacionar: no que se distinguem, e no que eles possivelmente se sobrepõem, conforme as diferentes acepções em que são tomados.

point, we see as the concepts of social representations and ideology can relate one with another, wherein they differ and wherein they overlap, depending on the respective acception.

Palavras-chave: Representações Sociais; Ideologia; teorias psicossociais.

Keywords: Social Representations; Ideology; psychosocial theories.

Introdução

A discussão acadêmica, tanto sobre Representações Sociais, como sobre Ideologia, tem sido muito alentada nos últimos anos. Mais sobre Representações Sociais, talvez, pois estão sendo promovidos Congressos e Jornadas Internacionais freqüentes. Só no II Semestre de 1998, por exemplo, realizou-se no México a 4ª *Conferência Internacional sobre Representações Sociais (RS)*, com participantes de praticamente todo o mundo, e a 1ª *Jornada Internacional sobre Representações Sociais* realizada em Natal, Rio Grande do Norte, com a participação também de um grande número de pesquisadores de toda parte. Já o tema “ideologia” não chega, e talvez nunca tenha chegado, ao menos que eu tenha conhecimento, a reunir tantos pensadores e pesquisadores.

Neste trabalho pretendo retomar a noção de Representações Sociais, mostrando como ela vem sendo tratada e questionada nos últimos tempos, seus últimos delineamentos e configurações, que estão levando a uma maior delimitação de sua abrangência, por um lado e aumento de sua compreensão, por outro lado. Em seguida retomo a definição de ideologia, seus múltiplos significados, seus diferentes tratamentos, mostrando a complexidade do conceito. Finalmente, tento demonstrar que a relação entre os dois conceitos depende da concepção de ideologia que alguém possua.

1. Uma aproximação das representações sociais

São poucos os que se arriscam a conceituar Representações Sociais, apesar de muitos falarem sobre o assunto. Os diversos trabalhos que estão sendo produzidos com o objetivo de poder descrevê-las, e até certo ponto defini-las estão contribuindo, cada um a seu modo, para dar-lhe uma caracterização e uma estruturação específica. Cada trabalho traz uma pequena contribuição na sua delimitação e possível aprofundamento conceitual.

Um primeiro ponto que deve sempre ser levado em consideração, é a distinção que deve ser feita entre os diversos níveis no estudo das Representações Sociais. Podemos distinguir, seguindo o excelente trabalho realizado por DE ROSA (1994 e GUARESCHI, 1996), três níveis de Representações Sociais, que poder-se-iam chamar três níveis de discussões sobre as Representações Sociais:

1. O nível das Representações Sociais como sendo elas um “fenômeno”. Nesse nível, as RS são um objeto de investigação. Esses objetos são elementos da realidade social. Nesse sentido as RS são modos de conhecimento que surgem e legitimam-se na conversação interpessoal cotidiana e tem como objetivo compreender e controlar a realidade social.
2. O nível da “teoria” das Representações Sociais. Este se constitui do conjunto de definições conceituais e metodológicas, juntamente com a elaboração de construtos referentes às RS.
3. O nível das discussões sobre a teoria, que DE ROSA chama de “metateoria”.² Neste nível colocam-se os debates e as refutações críticas com respeito aos postulados e pressupostos da teoria das Representações Sociais, juntamente com uma comparação com os modelos teóricos de outras teorias. Confundir esses três níveis pode tornar-se desastroso e pode conduzir a um diálogo de surdos.

O próprio MOSCOVICI, em seu texto fundamental (1984), parece seguir esse esquema, pois trata inicialmente do fenômeno (itens 1 e 2: O

² O termo “metateoria” adapta-se aqui muito bem, pois quer mostrar que há um nível mais abstrato de discussão, onde se faz a crítica das diversas teorias, que discute os pressupostos filosóficos, *metafísicos* dessas teorias. Aristóteles, ao querer discutir e analisar as “teorias” por muitos apresentados, não achou uma palavra para defini-la. Como tinha acabado de discutir questões da física, simplesmente chamou à discussão crítica das teorias aquilo que vem “depois, ou além, em grego ‘meta’”, da física, e no nosso caso, o que vem depois das teorias.

pensamento como ambiente, e o que é uma sociedade pensante). Em seguida passa a discutir diversos elementos da teoria (itens 3 e 4: como tornar familiar o não-familiar e os processos de ancoragem e objetificação). Finalmente, faz uma crítica da limitação das diversas teorias, como a teoria da atribuição, como relação à teoria das RS (itens 5 e 7: causalidade de direita e de esquerda e o status das representações: estímulos ou mediadores?); ele está aqui nitidamente num terreno meta-teórico, onde faz uma crítica das diversas teorias.

As RS são uma tentativa de avanço e superação de diferentes dicotomias. A Psicologia Social, desde sua curta existência, vive uma angústia um pouco esquizofrênica, talvez pelo fato de incorporar, em seu próprio nome, duas vertentes aparentemente antagônicas: o psicológico, de um lado, entendido, na maioria das vezes como algo individual; e o social, por outro lado, entendido como algo diferente, ou até oposto, do individual. Robert Farr (1996), em sua história das raízes da psicologia social, mostra como essa síntese foi difícil de construir, e como a psicologia social, principalmente nos Estados Unidos da América, tomou um viés profundamente individualista, além de passar a ser fundamentalmente experimental. Por outro lado, houve tentativas de socializar de tal modo o individual, que ele praticamente se reificou, suprimindo as subjetividades e cristalizando-se em fenômenos como classe, cultura, mito ou religião.

Meu entendimento das Representações Sociais é que essa teoria tenta, e até certo ponto dá conta, de superar diversas dicotomias que se formaram no decorrer da história da Psicologia Social.

Uma primeira, e central, é a própria dicotomia estabelecida entre o *individual* e o *social*. Uma representação social, como definida e entendida por essa teoria é, ao mesmo tempo, individual, pois ela necessita ancorar-se em um sujeito, como é, do mesmo modo, social, pois existe “na mente e na mídia”, como diria MOSCOVICI. Ela está na cabeça das pessoas, mas não é a representação de uma única pessoa; para ser social ela necessita “perpassar” pela sociedade, existir a certo nível de generalização. Uma representação social distingue-se, pois, de uma simples representação mental, que pode ser singular (os que afirmam que é impossível pensar sem palavras, e as palavras constituem a linguagem que é sempre social, certamente não aceitariam tal afirmação). A Psicologia Cognitiva estuda as representações mentais, mas não pergunta, ou não se interessa imediatamente pelo fato de elas serem, ou não, sociais, e de constituírem-se num fenômeno social. O conceito de representação social coloca-se, então, no centro do eixo

individual-social, ligando os dois extremos e tentando dar conta de uma possível dicotomia.

Uma segunda dicotomia é a que muitas vezes se estabelece entre o *interno e o externo*. Na história da psicologia social vemos como o comportamentalismo, por exemplo, recusou-se a transpor a “barreira da pele” (FARR, 1996), não aceitando qualquer coisa que fosse mental ou introspectivo. Por outro lado, certas teorias permaneceram exclusivamente na análise do cognitivo, deixando de perguntar pelo que transpõe a cognição das pessoas. Uma representação social fecha também esse vazio, pois ela é, ao mesmo tempo, interna, isto é, existente nas mentes das pessoas, sem deixar de ser também externa, prolongando-se para além das dimensões intrapsíquicas e concretizando-se em fenômenos sociais possíveis de serem identificados e mapeados.

O ponto a seguir, até certo limite ligado ao anterior, tem a ver com a superação da dicotomia entre o aspecto *material e sua representação*. Uma representação social, para ser objeto de conhecimento, passa por um processo transformativo, pois não é possível a interiorização de um objeto em seu estado material na mente das pessoas. Os humanos procedem através de representações. Mas é fundamental pensar como se dá esse processo de representação. Ele não é simplesmente um reflexo automático, um resultado especular, da coisa representada. No processo de representação, há uma construção diferenciada dos objetos, que diferem de pessoa a pessoa. Cada um de nós, no processo de representar, acrescenta facetas particulares, específicas de cada autor (JOVCHELOVITCH, 1996). Essa discussão vem responder a várias objeções que diferentes autores fazem à teoria das Representações Sociais, acusando-a de esquecer os processos dinâmicos que existem na construção das representações. Assim como as representações vão sendo transformadas, elas também, em sua construção, sofrem influências providas dos diversos sujeitos.

Outro aspecto importante é a maneira como é tratada a dicotomia entre o *consensual e o reificado*, isto é, entre o aspecto estático e dinâmico do conceito de RS, discussão essa que remonta às diferenças entre durkeimianos e discursivistas. Trazemos aqui essa questão pois o próprio MOSCOVICI, em suas discussões, afirma claramente que as representações sociais situam-se no universo consensual das pessoas, não aceitando que haja nelas algo de reificado. Chega mesmo a dizer que a diferença entre representação social e ideologia está exatamente nesse aspecto: ideologia, na definição de MOSCOVICI, é algo que se cristalizou, um conjunto de

idéias destorcidas sim, mas estáticas, monolíticas e dificilmente modificáveis. Ao passo que as representações sociais são modificáveis e podem ser transformadas nos processos cotidianos das pessoas. Isso não significa, contudo, que as representações sejam realidades absolutamente flutuantes, que não possuam nenhum aspecto duradouro e permanente.

Finalmente, pode-se dizer que as representações sociais superam o mito do *sujeito puro e do objeto puro*. As RS são um conceito e um fenômeno que pertencem ao intersubjetivo. Elas representam não só o objeto, mas também o sujeito que as representa.

Mas o que seriam, afinal, as RS? Na superação dessas dicotomias, as RS procuram ocupar um espaço específico, e podem ser compreendidas como um conhecimento do senso comum, socialmente construído e socialmente partilhado, que se vê nas mentes das pessoas e na mídia, nos bares e nas esquinas, nos comentários das rádios e TVs. São um conhecimento, mas diferente do conhecimento científico, que é reificado e fundamentalmente cognitivo. São um conhecimento social, são como que “tijolos de saber”, na expressão de JOVCHELOVITH, S. Elas podem possuir aparentes contradições na sua superfície, mas nos seus fundamentos elas formam um núcleo mais estável e permanente, baseado na cultura e na memória dos grupos e povos. É somente através duma pesquisa cuidadosa que se pode identificar esses fundamentos mais duradouros. A investigação feita por Hélio Possamai (1998) sobre a representação social do acidente de trabalho é um excelente exemplo desse fato. Após muitas entrevistas e grupos focais feitos com pessoas que tinham se acidentado e com pessoas que não se tinham acidentado, tinha-se a impressão de um amontoado de dados, aparentemente contraditórios. Mas uma análise mais cuidadosa e detalhada foi revelando que esses dados todos remetiam, fundamentalmente, a duas dimensões centrais, pautadas na história e na personalidade de base do povo brasileiro: o individualismo e o fatalismo. O título da dissertação expressa muito bem essas duas facetas: “Minha culpa, meu destino”. Mais de oitenta por cento das falas podiam ser colocadas dentro dessas duas grandes categorias: os acidentes de trabalho ou são culpa de quem trabalha, pois não se cuidam, não prestam atenção, ou então são consequência do destino, fatal e determinista. Foi impressionante constatar como as explicações dos entrevistados remetiam a esses dois traços centrais de nossa cultura.

Passemos à questão da ideologia.

2. O mundo complexo das ideologias

O mundo das ideologias é um mundo complexo e um “terreno minado” (GUARESCHI, 1997). Embora o nome como tal - “ideologia” - somente tenha aparecido há pouco mais de um século, sua realidade já estava presente desde que se começou a pensar a vida social, com diferentes nomes, mas querendo designar a mesma realidade. BACON, por exemplo, (PIEST, 1960) desenvolve um estudo extremamente próximo ao que hoje se costuma entender por ideologia, através de sua teoria sobre as quatro classes de ídolos, que nos dificultam a chegar mais próximos da verdade. Esses ídolos são os da caverna: nossas idiossincrasias, caráter; da tribo: superstições, paixões; da praça: as inter-relações humanas, principalmente através da linguagem; e os ídolos do teatro: a transmissão das tradições e doutrinas dogmáticas e autoritárias, através do teatro, que seriam, hoje, os meios de comunicação social.

A crescente importância da ideologia deve-se hoje, certamente, ao fato de nossa sociedade e nosso mundo tomarem-se, a cada dia, mais “imateriais”, sempre mais sustentados numa comunicação verbal e simbólica.

A primeira coisa a que precisamos prestar atenção, ao querer penetrar nessa realidade da ideologia, é que existem hoje inúmeros enfoques teóricos, que dão ao conceito de ideologia diferentes significados e funções. Retomo aqui algumas colocações já apresentadas no capítulo sobre ideologia (GUARESCHI, 1998) do livro *Psicologia Social Contemporânea* (JACQUES et alii, 1998).

Para melhor esclarecer e compreender os muitos significados de ideologia, vamos tentar traçar duas linhas divisórias, em forma de cruz, formando quatro planos, quatro quadrantes, e discutir, a partir daí, as diversas acepções de ideologia.

Podemos, inicialmente, traçar uma linha horizontal, onde faremos uma primeira distinção central, onde a ideologia vai ser localizada em dois grandes planos: a dimensão positiva e a dimensão negativa:

Quadro n. 1 Eixo POSITIVO x NEGATIVO

D i m e n s ã o P o s i t i v a
D i m e n s ã o N e g a t i v a

Ideologia no sentido positivo, ou neutro, é entendida como sendo uma cosmovisão, isto é, um conjunto de valores, idéias, ideais, filosofias de uma pessoa ou grupo. Nesse sentido, todas as pessoas, ou grupos sociais, possuem sua ideologia, pois é impossível alguém não ter suas idéias, ideais ou valores próprios.

Já ideologia no sentido negativo, ou crítico, (alguns falam até em sentido “pejorativo”), ideologia seria constituída pelas idéias distorcidas, enganadoras, mistificadoras; seriam as meias-mentiras, algo que ajuda a obscurecer a realidade e a enganar as pessoas. Ela apresenta-se como algo abstrato ou impraticável; como algo ilusório ou errôneo, expressando interesses dominantes e como que sustentando relações de dominação.

Na faixa de cima, numa concepção positiva ou neutra, poderiam ser colocados autores como o próprio criador do termo, De TRACY (1803): ideologia é o estudo das idéias, que por sua vez são uma emanção do cérebro; de LENIN (1969), e LUKÁCS (1971), como as idéias de um grupo revolucionário; e a formulação geral da concepção total de MANNHEIM (1954), que afirma que tudo o que nós pensamos é ideológico, pois é impossível não se deixar contaminar pela situação social em que alguém nasce e vive; em outras palavras, MANNHEIM identifica aqui ideologia com conhecimento: como todo conhecimento é condicionado, assim toda ideologia é condicionada. Mas nisso não há nada de errado.

Entre as concepções crítico-negativas poderiam ser colocadas as três concepções de MARX (THOMPSON, 1995): idéias puras como autônomas e eficazes, conforme defendiam os hegelianos, sem ligação com a realidade (MARX, 1989); as idéias da classe dominante (MARX, 1989); e um sistema de representações que serve para sustentar relações de dominação (MARX, 1968). Também estaria aqui a concepção restrita de ideologia de MANNHEIM (1954), isto é, as idéias dominantes de um grupo sobre outro (dominação de classe).

Na tentativa de compreensão das diversas acepções de ideologia podemos traçar uma segunda linha, agora vertical, onde distinguiremos outros dois grandes conjuntos de ideologias: ideologias como sendo algo materializado, onde a ideologia está corporificada na própria idéia, na forma simbólica, ou mesmo concretizada numa instituição, como a escola ou a família; e ideologia como modo e estratégia, onde a ideologia é vista como uma prática, uma maneira como as formas simbólicas servem para criar e manter as relações sociais entre as pessoas:

Quadro n. 2
Eixo ESTÁTICO x DINÂMICO

Dimensão Material Concreta	Dimensão Dinâmica Prática
----------------------------------	---------------------------------

Essa dimensão material, concreta, é exemplificada pela concepção descrita por MARX (1989), onde ideologia é definida como sendo “as idéias da classe dominante”. Isto é, as idéias da classe dominante, pelo simples fato de serem da classe dominante, já seriam ideologia. A ideologia concretiza-se nessas idéias. Outro exemplo desse tipo de ideologia é a acepção empregada por ALTHUSSER (1972), onde ele define ideologia como sendo “aparelhos ideológicos de estado”. Esses aparelhos são as instituições que são criadas no desenrolar da história, e que são frutos de tensões que se dão nas relações entre os homens, como por exemplo a escola, a família, as igrejas, os meios de comunicação social, as entidades assistenciais etc. Para ALTHUSSER a ideologia está materializada nessas instituições, elas constituem a ideologia.

Na sua dimensão dinâmica, porém, a ideologia é vista como uma determinada prática, um modo de agir, uma maneira de se criar, produzir ou manter determinadas relações sociais. A função da ideologia seria também a produção, reprodução e transformação das experiências vitais, na construção de subjetividades. THERBORN (1980:2), ao definir ideologia, diz que *a operação da ideologia na vida humana envolve, fundamentalmente, a constituição e a padronização de como os seres humanos vivem suas vidas como iniciadores conscientes e reflexivos de ações num universo de significados... Nesse sentido, ideologia constitui os seres humanos como sujeitos*. E logo após, ele afirma que estudar o aspecto ideológico duma prática é *deter-se na maneira pela qual ela opera na formação e transformação da subjetividade humana*.

Até aqui analisamos dois eixos, onde sempre aparece uma dicotomia, com dimensões opostas de ideologia. Na junção dos dois eixos, formam-se quatro amplos campos, que servem para visualizar e identificar e relacionar quatro grandes concepções de ideologia:

Quadro n. 3
Diferentes concepções da Ideologia

1	2
3	4

Cada um desses campos possui, também, seus teóricos. Assim, no quadrante 1, há autores que definem ideologia no sentido positivo e como algo material. É o caso, por exemplo de MANNHEIM (1954), para quem a ideologia é algo positivo e concreto, como as cosmovisões das pessoas. Já no quadrante 2, temos ideologia como algo positivo, mas como uma prática: é a visão de THERBORN (1980), e muitos outros, que vêem a ideologia como uma maneira de se criar e manter as relações sociais, sejam elas de que tipo forem. No quadrante 3 ideologia passa a ser algo negativo, mas algo concreto, como, por exemplo, “as idéias da classe dominante”, de MARX (1989). No caso de ALTHUSSER (1972), ideologia abrangeria tanto o 1, como o 3, pois uma escola, por exemplo, materializa a ideologia, mas pode ser tanto positiva, como negativa. Finalmente, no quadrante 4 teríamos ideologia como uma prática, mas não uma prática qualquer; deve ser uma prática que serve para criar, ou manter, relações assimétricas, desiguais, injustas. É essa exatamente a definição de John B. THOMPSON (1995), que, no nosso modo de ver, é o autor que melhor trata a problemática da ideologia. Vamos nos deter especificamente nesse autor e nesse quadrante, daqui para a frente.

Uma vez feitas tais distinções, pode-se agora passar à discussão da relação entre Representações Sociais e Ideologia. São uma mesma realidade? No que se distinguem? No que se sobrepõem? É o que veremos a seguir.

3. Ligando representações sociais à ideologia

Uma primeira constatação que surge a partir do que se viu até aqui, é que se o conceito de Representações Sociais possui um sentido mais ou menos uniforme, o mesmo não se dá com o conceito de ideologia. O passo seguinte é, pois, discutir, a partir das diferentes acepções de ideologia, em que Representações Sociais e Ideologia coincidem, ou di-

vergem. Sendo que Ideologia pode ser vista ao menos sob quatro acepções diferentes, são ao menos quatro situações diversas com as quais nos deparamos. Vejamos.

- a) Representações Sociais e Ideologia, tomando Ideologia no sentido positivo e estático, isto é, ideologia como uma cosmovisão estabelecida. Podemos dizer que há certa proximidade entre essas duas noções. Uma representação social é uma cosmovisão, é uma construção simbólica socialmente partilhada. Mas certamente a representação social não é estática e fixa como poder-se-ia depreender dessa concepção de ideologia. A RS é dinâmica, suportando até mesmo certas contradições em sua superfície, embora possuindo um mundo subjacente relativamente estável, fundamentado nas tradições, memórias sociais e cultura.
- b) Representações Sociais e Ideologia, assumindo ideologia como algo negativo e fixo. Aqui parece-nos que o conceito de Ideologia e RS afastam-se mais, pois, se podemos dizer o mesmo que anteriormente, quanto à questão da fixidez, isto é, que uma RS nunca é totalmente fixa e estática, pode-se dizer também que uma RS não é necessariamente “negativa”, isto é, enganadora e mistificadora, apesar de às vezes poder ser. Uma RS é essa porção de saber do senso comum, que pode estar impregnada de elementos pejorativos e enganadores, mas isso é por acaso, não pelo fato de se constituir como um conjunto de saberes socialmente construídos e partilhados.
- c) RS e ideologia, entendendo ideologia como um conjunto de práticas positivas, isto é, formas simbólicas que servem para criar ou manter as relações sociais. Talvez seja aqui que as noções de RS e ideologia se aproximam. Ambas as concepções podem ser tomadas como construções simbólicas, conjuntos de saberes populares que servem para criar, reproduzir ou transformar as relações sociais. Aqui não se pergunta se essas construções simbólicas criam, ou perpetuam, relações assimétricas, desiguais. As RS seriam mais amplas, pois poderiam incluir também relações assimétricas, ao passo que ideologia, nessa instância, referir-se-ia apenas a práticas positivas.
- d) Finalmente, RS e Ideologia, tomando-se ideologia como o conjunto de formas simbólicas que servem para criar, ou reproduzir, relações assimétricas, desiguais, de dominação. A diferença entre as acepções está no fato de as RS não carregarem, necessariamente, uma dimensão negativa ou pejorativa. Apesar de poderem ter tal conotação e de, talvez, na maioria das vezes, poder-se descobrir, implícita numa representação social, modos e estratégias de criação ou reprodução de relações assimétricas.

A que conclusão se chega após estas colocações?

Uma primeira é a de que, com certeza, os conceitos são bastante próximos. Se tomarmos em consideração o eixo da fixidez versus prática, o que distinguiria uma RS da ideologia seria o fato de que RS não possuem tal caráter acentuado de fixidez, apesar de em seus subterrâneos podermos encontrar lastros duradouros e mais permanentes. Se formos analisar o eixo positivo versus negativo, podemos dizer que a ideologia perpassa as RS, isto é, o conceito de RS é mais amplo e implica ambas as dimensões; isto é, ao estudarmos uma representação social não nos fixamos imediatamente no caráter de positividade ou negatividade. Essa é uma questão posterior que, no caso, só interessa a quem estuda a ideologia.

Num dos últimos escritos sobre RS, Serge Moscovici e Ivana Marková fazem um diálogo sobre Representações Sociais (MOSCOVICI e MARKOVÁ, 1998). Nesse trabalho encontramos uma discussão muito interessante sobre a questão da ideologia, em que constata-se que MOSCOVICI emprega ideologia exatamente no sentido de THOMPSON, isto é, como uso de formas simbólicas para criar ou reproduzir relações de dominação. Ele discute a maneira como a imprensa soviética tratou o conceito de “psicanálise”. Mostra então que enquanto a imprensa liberal francesa empregava determinados adjetivos para qualificar psicanálise, tais como “ciência psicanalítica”, “eficiência da terapêutica psicanalítica”, ou “objetividade das concepções psicanalíticas”, a imprensa soviética empregava adjetivos bem diversos, tais como: “o mito da psicanálise”, “ciência burguesa”, “psicanálise norte-americana”, etc. O mesmo dava-se com a palavra “ciência”: “ciência soviética”, “ciência proletária”, “ciência materialista”, etc. era colocada sempre como superior à “ciência norte-americana”, “ciência burguesa”, “ciência racionalista”.

Que significa isso? Pois eis um belo exemplo de emprego de formas simbólicas (palavras, conceitos etc.) para criar, ou reproduzir, relações assimétricas. Através da linguagem criam-se diferentes conotações para determinadas realidades que são colocadas como superiores, ou inferiores, conforme os interesses das pessoas em questão. Como explicita MOSCOVICI (1988:379) “nesses casos mostram-se as relações entre as estratégias da ideologia e os significados de palavras, onde uma ideologia tenta transformar-se numa representação social, numa parte da cultura”.

Mas não parece ser esta a aceção mais comum de ideologia empregada por MOSCOVICI. BADER e SAWAIA (1993:77-78) investiga a possível trajetória seguida por ele, mostrando como procurando ser coerente com sua teoria, teria empobrecido o conceito de RS, fazendo com que ele perdesse sua força desmistificadora. Segundo SAWAIA, no estudo das RS

da psicanálise MOSCOVICI (1978) descreve três fases da evolução desse conhecimento: a fase científica (criação da teoria); a fase representacional (sua difusão e a criação de RS); a fase ideológica (a apropriação e uso dessa realidade por um grupo ou instituição). Ao ser apropriado, ele reifica-se e torna-se discurso estruturado e estruturante, impondo uma ordem estabelecida como natural. MOSCOVICI vê, pois, a ideologia na terceira fase, mas não deixa claro que ela esteja também na segunda, ou mesmo na primeira, como com SAWAIA (1993:78).

Conclusão

Gostaria de concluir tomando partido, até certo ponto, a favor da necessidade de se distinguir claramente entre as diversas acepções de ideologia e, até certo ponto, mostrando a importância prática de se empregar ideologia no sentido de uma prática negativa que serve para criar e manter relações assimétricas. Ideologia trabalha no sentido de produzir, reproduzir e transformar subjetividades. Nosso entendimento é de que, apesar de todas as críticas que se possa fazer ao conceito de ideologia, como seu privilegiamento das funções políticas dos sistemas simbólicos, em detrimento de sua estrutura lógica e das mediações psicológicas, ele ainda desempenha um papel definitivo e indispensável, principalmente para se compreender as dimensões éticas, valorativas e críticas, na esperança da emancipação dos seres humanos de condições de vida humilhantes. É nossa percepção que a dimensão valorativa, ética, jamais pode ser separada das ações, e por isso, de uma maneira ou outra, ela está presente tanto no processo de construção das RS, como em sua estrutura. Perder a dimensão de não-neutralidade dos processos e representações, é empobrecer e mistificar tanto a uns como outras.

É curioso notar que muitos autores que discutem RS, talvez a maioria deles, acabam mencionando o conceito e tomando-o, praticamente central em diversas de suas análises. Veja-se o caso de FARR (1990; 1991), por exemplo. O que é o “individualismo como uma representação coletiva” senão uma ideologia? Ele é certamente uma RS, mas carrega também consigo uma dimensão ética que, na verdade, é denunciada pelo autor. Não mereceria essa dimensão ideológica uma parcela no estatuto das RS? Do mesmo modo o trabalho de Helène Joffé (em GUARESCHI e JOVCHELOVITCH, 1992). A autora mostra como as RS da AIDS fundamentam-se em ideologias dominantes, como o individualismo, o colonialismo, e o heterossexismo. Se as RS se fundamentam sobre essas ideologias, irão, necessariamente, conservar também essa dimensão mistificadora.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de estado*. Lisboa : Presença, 1972.
- DE TRACY, D. *Éléments d'Idéologie*, v.1. Paris : Librairie Philosophique J. Vrin, 1970 (1803).
- DE ROSA, A. From theory to metatheory in Social Representations: The lines of argument of the theoretical-methodological debate. In: *Social Science Informations*, v. 33, n. 2, p.273-303, 1994.
- FARR, R. *As raízes da moderna psicologia social*. Petrópolis : Vozes, 1998.
- JACQUES, M. G. *Psicologia Social Contemporânea*. Petrópolis : Vozes, 1998.
- GUARESCHI, P. A ideologia: um terreno minado. In: *Psicologia & Sociedade*. 8(2): p.82-94; jul./dez., 1996.
- _____. Representações Sociais: Alguns comentários oportunos. In: NASCIMENTO-SCHÜLZE, C. *Novas Contribuições para a Teorização e Pesquisa em Representação Social*. Florianópolis : Coletâneas da ANPEPP 10, 1996.
- JOVCHELOVITCH, S. Espaços de Mediação: Vida Pública e gênese das Representações Sociais. In: *Psico*, v. 27, n.1, p.193-205. Porto Alegre, 1996.
- LENIN, Vladimir I. The state and revolution. In: *Selected works*. London : Lawrence and Wishart, 1969.
- LUKÁCS, G. *History and class consciousness: studies in Marxist dialectics*. Londres : Merlin Press, 1971.
- MANNHEIM, Karl. *Ideology and utopia*. Londres : Routledge & Kegan Paul. 1954.
- MARX, Karl. *Capital*. Nova Iorque : Vintage Books, 1977.
- _____. The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte. In: *Selected Works*. Londres: Lawrence & Wishart, 1968.
- _____. e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo : Martins Fontes, 1989.
- MOSCOVICI, S. The Phenomenon of Social Representations. In: FARR, R. M. e MOSCOVICI, S. (Ed.). *Social Representations*, p. 3-69. Cambridge : Cambridge University Press, 1984.
- _____. Notes towards a description of Social Representations. *European Journal of Social Psychology*, n. 18, p. 211-249, 1988.
- _____. *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro : Zahar, 1978.
- PIEST, O. (Ed.). *The new organon and related writings*. Nova Iorque : The Liberal Arts Press, 1960.
- POSSAMAI, H. *Minha culpa, meu destino: a representação social do acidente de trabalho*. (Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Psicologia - PUC/RS-Brasil, 1998.
- THERBORN, Goran. *The ideology of power and the power of ideology*. Londres : Verso, 1980.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis : Vozes, 1995.